
*Arqueologia medieval em Portugal e a contribuição do
Livro das Fortalezas, para o estudo da Arquitetura
Medieval na Península Ibérica*

*Edison Bisso Cruxen**

Resumo: Este trabalho apresenta informações básicas sobre o surgimento e a importância da Arqueologia medieval e analisa a obra iconográfica *Livro das fortalezas*, de 1509, para o estudo das fortificações em Portugal.

Palavras-chave: iconografia, fortalezas, Arqueologia.

Abstract: This work presents basic information's on the appearance and importance of the medieval Archaeology, and analyzes the very important iconographic book, "The Book of Fortress", of 1509, and your utility for the researches of the medieval fortifications in Portugal.

Key words: iconography, fortress, Archaeology.

O presente artigo tem por objetivo apresentar informações básicas sobre o estudo da Arqueologia Medieval desenvolvida na Península Ibérica, mais precisamente em Portugal. O texto está dividido em três partes. Na primeira é feito um breve histórico do surgimento, desenvolvimento e estabelecimento da Arqueologia medieval, como uma disciplina investigativa reconhecida, apontando suas principais fontes bibliográficas. A segunda, é composta pela análise de uma das fontes iconográficas mais importantes para o estudo da Arqueologia medieval em Portugal, o *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas, produzido em 1509, a pedido do rei D. Manuel I. Esse livro, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, mas com cópia publicada em 1997, em versão fac-símile, representa um documento fundamental não só para o estudo detalhado das fortificações medievais e pós-medievais, construídas na fronteira luso-castelhana, mas

* Mestre e doutorando no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra; bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT); e-mail: edisoncruxen@hotmail.com.

também para fornecer informações referentes à arquitetura civil, devido às características das paisagens onde as vilas e fortificações estavam inseridas no início do século XVI. A terceira e última parte dedica-se a demonstrar com que cuidados fontes iconográficas e escritas devem ser trabalhadas em uma investigação arqueológica, estabelecendo uma comparação entre as fontes utilizadas em História e Arqueologia, suas diferenças e potenciais capacidades de complemento mútuo.

1 Arqueologia Medieval em Portugal: histórico, desenvolvimento e fontes

Para iniciar este artigo, pode-se dar como definição de Arqueologia medieval a disciplina cuja atividade essencial é a escavação arqueológica, pretendendo aportar à História das civilizações da Idade Média, um novo corpo de informações, que complemente o já proporcionado pela investigação dos textos históricos e monumentos estudados sob a perspectiva da História da Arte. (BOÛARD, 1977, p.11). Como exemplo dos grandes castelos de pedra construídos durante o período medieval, muitas vezes sobrevivem apenas alguns de seus elementos arquitetônicos, tais como parte da muralha, uma torre de menagem ou uma entrada fortificada. Sem uma identificação da totalidade de seus vestígios, que continuam enterrados, bem como dos artefatos (materiais em cerâmica, metal, vidro e outros) que estão dispersos e soterrados dentro e ao redor do castelo, não será possível fazer um estudo correto dessa fortificação, das suas diferentes complexidades, funções e principalmente sobre as pessoas que a utilizaram. Mas, como identificar através da cultura material a atividade das pessoas, que ali viveram? Conforme Alarcão (1996/97, p.18), pode-se dizer que a Arqueologia estuda normas. Normas técnicas, que podem ser observadas na maneira de construir uma muralha ou de armar um telhado. Mas também normas sociais, observadas em um enterro; normas religiosas, como rituais de sacrifício. Dessa maneira, podem ser depreendidas normas de comportamento através de vestígios materiais. Se os artefatos são os rastros das ações humanas, esses rastros podem mostrar os homens agindo em seu cotidiano, homens agindo e obedecendo a normas sociais, religiosas, técnicas, dentre outras.

Em Portugal, somente nas últimas décadas a Arqueologia medieval começou a se desenvolver. Nos finais da década de 70, realizaram-se, com maior frequência, intervenções arqueológicas em castelos, espaços rurais e monumentos religiosos medievais. Segundo a opinião de Bazzana (1994, p. 27), o balanço científico dos últimos dez anos em Portugal ainda não pode

ser considerado de todo positivo, tal como na Espanha ou Itália, onde o conhecimento das paisagens medievais tem progredido visivelmente. As publicações de resultados arqueológicos e bibliografias muitas vezes se encontram dispersas, sobretudo em revistas locais e regionais, algumas de difícil acesso, devido ao caráter recente das intervenções arqueológicas em sítios medievais; essas publicações, até bem pouco tempo, não se encontravam em grandes quantidades.

Cabe ao Campo Arqueológico de Mértola, com a edição, a partir de 1992, da revista *Arqueologia Medieval*, o mérito de iniciar uma série de publicações, que divulgam e de certa forma autonomizam a Arqueologia medieval portuguesa. Essa é a primeira revista portuguesa especializada na área, da qual já foram editados oito volumes. Para demonstrar o “atraso” de Portugal ao iniciar a investigação na Arqueologia Medieval, frente a outros países europeus, temos: na Inglaterra, em 1957, começa-se a editar a *Medieval Archaeology*; na França, em 1971 inicia-se a publicação da *Archéologie Médiévale*; em 1973 segue-se a revista alemã *Zeitschrift für Archaeologie des Mittelalters*; na Itália, em 1974, começa-se a edição da *Archaeologia Medievale* e em 1987 publica-se na Espanha o *Boletim de Arqueologia Medieval*.

Conforme Catarino (2002, p.146-147), “a prática de uma arqueologia sobre o terreno, examinando os vestígios de superfície e de contextos estratigráficos fiáveis, de há longa data aplicada, por exemplo, em França, Itália e Espanha, só muito recentemente começou a dar os primeiros passos em Portugal”. Ainda conforme essa investigadora, as escavações em Portugal, no que se refere ao período medieval, cometem o erro de não ser realizadas junto com prospecções extensivas ao povoamento rural, definindo dessa maneira territórios e espaços econômicos que circundavam cidades e castelos. Para tanto, seria necessário orientar as investigações para uma análise da Arqueologia da paisagem na época medieval. Nessa Arqueologia da paisagem, seriam valorizados os aspectos da dispersão de tipos de achados, as características das habitações, as estruturas agrícolas e hidráulicas e a própria modificação das características da região, através das diferentes ocupações.

Mas mesmo com todas as dificuldades e defasagens, pode-se dizer que atualmente a Arqueologia medieval em Portugal é uma disciplina aceita, reconhecida e leccionada por especialistas competentes dentro das Universidade.¹ Oferece então, mesmo que disperso, um significativo volume de produção, que possibilita comparações e mesmo o balanço de determinados temas, que podem ser efetuados principalmente através das publicações (Anais) de congressos, jornadas e encontros nacionais e internacionais sobre Arqueologia Medieval Peninsular. Atualmente realizam-

se até mesmo jornadas e encontros sobre temas específicos da Arqueologia Medieval, como é o caso de fortificações e arquitetura religiosa. Como trabalho precursor na área de Arqueologia medieval em Portugal, destaca-se o publicado no início do século XX, denominado *Archeologia Christiã*, de Albano Bellino – Lisboa, 1900.

A implantação do Estado Novo (ditadura) marcou um período de reduzida atividade arqueológica, devido à pouca sensibilidade do poder governamental com a investigação. Mas ironicamente, foi exatamente nesse período que a época medieval passou a receber maior atenção por parte de historiadores e do *poder*. A política de exaltação dos valores nacionais encontrou em castelos, igrejas românicas e góticas símbolos da Nação portuguesa, “construída com sangue e protegida por Deus”. Nessa época implementaram-se amplos programas de restauro e nestes, em diversas ocasiões, foram tomadas decisões “infelizes”, onde muito das estruturas originais foram modificadas e onde as questões arqueológicas não foram consideradas. Na primeira metade do século XX, em Portugal, ainda se dava uma pequena importância para a contribuição da Arqueologia, sendo utilizada pelos autores apenas como uma “auxiliar” da História. Brandão, demonstrando estar adiante de seu tempo, publicou em 1961 sua experiência arqueológica na Alemanha, com um título que buscava expressar a cientificidade de seu trabalho, bem como a importância do estudo da Arqueologia medieval: *Excavações arqueológicas em Xantem – Alemanha, Diário e ideário de um participante. Técnica de escavação arqueológica. Importância da arqueologia medieval*. (BRANDÃO, 1961).

O pouco desenvolvimento da Arqueologia medieval até meados dos anos 70 deve-se também aos próprios arqueólogos, que optaram sistematicamente por se dedicar ao estudo de períodos mais recuados, não reconhecendo que a Arqueologia também era uma via de conhecimento para a Idade Média. A Arqueologia portuguesa (e junto com ela a secção Medieval) tomou novo alento quando surgiram as novas regras institucionais para a atividade arqueológica na Administração do Estado. Em 1980 foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), onde funcionava um Departamento de Arqueologia.

Conforme Real (1995, p. 38), a atividade em Arqueologia medieval registrou uma tendência crescente a partir de meados dos anos 80, passando das 16 intervenções arqueológicas de 1981 para 46 intervenções em 1989. O desenvolvimento da Arqueologia medieval revela-se ainda no fato de atualmente existir uma parte dedicada exclusivamente à Arqueologia islâmica, área onde se destaca o nome da Prof^a Dra. Helena Gomes Catarino, da Universidade de Coimbra.

A Arqueologia medieval portuguesa deu um importante contributo para a melhor compreensão da formação da civilização ibérica. Foi com estudos arqueológicos que se derrubaram os tradicionais modelos interpretativos históricos, que repetiam, até há bem pouco tempo, a explicação sobre as destruições e os abandonos provocados pelas invasões *bárbaras e mouras*. Sustentou dessa maneira o estabelecimento de rupturas culturais intransponíveis, que marcaram o fim do mundo romano e a saída dos árabes na Península Ibérica, pretendendo com isso afastar a existência de um laço de continuidade entre portugueses e mouros. (FONTES, 2002, p. 232).

Como referencial bibliográfico básico e indispensável para o estudo de fortificações medievais em Portugal, deve-se citar os trabalhos arqueológicos de Carlos A. Ferreira de Almeida, que realizou um estudo de articulação entre História, História da Arte e Arqueologia, que permanece como leitura obrigatória para uma abordagem arqueológica do Portugal medieval (ALMEIDA, 1978b); Mário Jorge Barroca, da Universidade do Porto, com seus trabalhos e escavações nas fortificações medievais do Norte de Portugal (BARROCA, 1988); Lídia Fernandes, que escreveu sobre o castelo da Guarda (FERNANDES, 1999) e Rosa Varela Gomes (GOMES, 1988), sobre a cidade de Silves, no Sul de Portugal. Em nível de obras de síntese, destacam-se novamente os trabalhos de Mário Jorge Barroca, sobre a evolução dos castelos no Centro-Norte de Portugal entre os séculos X e XIII (BARROCA, 1990/91), enquanto que ao Sul constitui referência a obra de Helena Catarino, sobre as fortificações do Algarve oriental durante o domínio islâmico (CATARINO, 1997/98). Além disso, há a indispensável obra de História Militar, onde se realiza uma profunda análise do desenvolvimento e da transformação da Arquitetura militar medieval portuguesa, nos fins da Idade Média, realizada por João Gouveia Monteiro (MONTEIRO, 1999).

Uma fonte de estudo muito importante para a Arquitetura militar medieval em Portugal e ponto de partida para investigações na Arqueologia medieval da Península Ibérica, encontra-se no *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas, não apenas por sua iconografia detalhada, mas também pela quantidade de informações que estão registradas (escritas) em seus desenhos. Conforme Nunes (1988, p. 94), mesmo os documentos iconográficos isolados possuem muita importância, pois podem fornecer dados fundamentais ao estudo das fortificações, constituindo um meio de interpretação da evolução dessas estruturas através do tempo. Porém, são os conjuntos coerentes, nomeadamente os que foram desenhados pelo mesmo artista e relativos à mesma época que permitem estudos mais importantes e aprofundados. Esse é o caso da obra de Duarte de Armas.

O estudo de um conjunto de iconografias possibilita, por comparação dos seus desenhos, uma análise intrínseca capaz de proporcionar elementos importantes para definir a *arte de fortificar* e as estratégias defensivas de um território em um determinado período. A análise individual de cada uma das estruturas desenhadas é indispensável para o conhecimento detalhado das fortalezas. (NUNES, 1988, p. 94).

Para tanto, sendo essa publicação dedicada a fontes e bibliografias, torna-se válido descrever e analisar aqui esta que é uma fonte iconográfica de grande valor para o estudo das fortificações portuguesas do início do século XVI.

2 *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas: uma análise

Como uma das fontes iconográficas mais importantes para o estudo das fortificações medievais na Península Ibérica, cita-se o *Livro das fortalezas*, do escudeiro real Duarte de Armas. O livro contém a reprodução gráfica de cinquenta e sete fortalezas construídas junto à fronteira luso-castelhana. Sua obra começa com um índice ou listagem dos castelos desenhados desde o extremo Sul (castelo de Castro Marim, junto ao rio Guadiana) até o extremo Norte de Portugal (castelo de Melgaço, na fronteira com a Galícia). Os desenhos, assim como as respectivas plantas baixas das fortificações foram realizados no ano de 1509, a pedido do Rei D. Manuel I. Este pretendia estabelecer uma fronteira defensiva composta por castelos, o que poderia ser definido como um “sistema defensivo integrado” contra avanços e ameaças do poderoso vizinho, o Reino de Castela. Para tanto era necessário saber em que condições se encontravam as fortificações já existentes na fronteira. Muitas haviam sido abandonadas por completo, outras encontravam-se em funcionamento precário, com necessidade de reformas, outras apresentavam pleno funcionamento, mas, devido à sua característica arquitetônica majoritariamente ainda medieval, não faziam frente às novas e potentes armas de fogo, algumas ainda encontravam-se reformadas e em pleno funcionamento, contendo uma *arquitetura de transição*, podendo oporem-se aos ataques castelhanos.

A função de Duarte de Armas era inventariar em que condições se encontravam as defesas do reino de Portugal. Em suas reproduções conseguiu captar grande quantidade de detalhes das fortificações, reproduzindo fielmente cada uma das partes componentes da *Arquitetura militar medieval* e da *Arquitetura militar de transição* que, em inícios do século XVI, já estão sendo colocadas em prática por toda a Península Ibérica. Por arquitetura de

transição entendem-se as modificações que as antigas fortalezas medievais sofreram entre os séculos XV e início do XVI, para poderem enfrentar a nova grande evolução dos combates, as armas piro-balísticas, como canhões, bombardas e morteiros. (MONTEIRO, 1999, p. 36).

Tendo em vista que seu trabalho consistia em fazer um relatório com representações gráficas das defesas do reino, Duarte desenha detalhadamente cada uma das edificações arquitetônicas de cada castelo (muralhas, fosso, torres, portões, seteiras, barbacãs² e demais estruturas), demonstrando a situação de conservação e uso em que cada uma se encontra. Nas plantas baixas de cada castelo, o artista se detém em representar a distribuição do espaço interno das fortalezas. Pode-se com isso obter informações valiosas no que se refere à estrutura geral da fortaleza e até mesmo seu modo de construção, seus pontos mais protegidos ou mais vulneráveis, assim como seu número exato de torres, o espaço do pátio interno, a distância entre a primeira e a segunda linhas de muralhas, a localização da torre de menagem, os acessos (entradas principais, entradas secundárias, portas de fuga),³ as escadarias, capelas, os estábulos, a espessura das paredes, a separação dos diferentes ambientes que compõem a fortaleza e principalmente suas proporções. Duarte ocupou-se em registrar sobre cada uma das plantas baixas os tamanhos aproximados (em pés) de cada uma das salas, torres, dos pátios, das cisternas, capelas, escadas, dos corredores e demais componentes da arquitetura defensiva. O conjunto formado pelos desenhos das estruturas, em duas perspectivas (Norte e Sul ou Leste e Oeste), as plantas baixas detalhadas e as anotações elucidativas sobre cada um dos castelos permitem realizar um estudo bastante completo sobre as fortalezas existentes na fronteira luso-castelhana, no início do século XVI.

O grande diferencial na obra de Duarte de Armas está em que muitas das fortalezas por ele desenhadas se encontravam abandonadas há décadas, sem terem sofrido modificações profundas na sua estrutura original. Sendo possível, assim, observar nessas reproduções as características arquitetônicas das fortalezas medievais construídas na fronteira luso-castelhana desde o século XIV. Na presente tese doutoral que desenvolvo,⁴ vali-me da reprodução gráfica de vinte e uma fortificações do Alentejo e Algarve, para melhor compreender a estrutura arquitetônica das mesmas. Leve-se em consideração que, atualmente, o único registro existente de muitas dessas fortalezas são os desenhos de Duarte de Armas, muitas desapareceram quase por completo tendo como causa o abandono, o efeito do tempo, a ação do clima, a expansão urbana e o saque de seus componentes estruturais para construção de moradias, calçadas e cercas.

Essa obra destaca-se também como uma grande fonte para o estudo da paisagem e do cotidiano do início do século XVI. Duarte de Armas não se preocupou apenas em reproduzir as fortalezas, mas também todo seu entorno, passando informações preciosas e detalhadas sobre a utilização dos rios, para pesca e para o comércio. Nota-se a importância desses registros, uma vez que o rio Guadiana, que desce a partir da metade do território português, desde o século XVI sofreu muitas modificações no “contorno” de seu leito, devido ao assoreamento de suas margens. Muitos dos pequenos portos desenhados por Duarte de Armas já não existem atualmente, assim como muitos trechos do rio onde em suas gravuras aparecem grandes embarcações, atualmente já não servem para a navegação.

Em seu trabalho preocupou-se em reproduzir povoados e vilas que se encontravam ao redor dos castelos, sendo também registradas com detalhes, onde é possível perceber claramente os caminhos que entram e saem das vilas. Em sua obra Duarte registrou a distância (dias de caminhada) e o tipo de estrada (se boa ou ruim para se viajar) que separava um castelo do outro. Por meio dos desenhos percebe-se o tipo de aglomeração das residências, se estavam longe ou próximas das fortificações, a característica do teto, das janelas e portas, a existência ou não de uma muralha a cercar a vila,⁵ a existência de praças centrais, a presença das igrejas, com todos os seus detalhes (com torre para sino, ou simples campanário sobre o teto, com entrada decorada ao estilo manuelino ou fachada lisa, com simples porta de madeira, com cruzeiro a sua frente ou cruz sobre o teto). Os patíbulos existentes em muitas vilas, para castigar os criminosos com o enforcamento também não foram esquecidos, estes foram desenhados sempre na periferia das vilas, em muitos deles foram registrados os corpos ainda pendurados na corda.

As pessoas que habitavam os arredores de fortalezas e vilas também aparecem em seus registros, ainda que pequenas (na tentativa de manter uma proporção adequada com as fortificações) e pode-se perceber perfeitamente o modo de vestir dos camponeses da época, assim como a maneira de carregar seus jarros de cerâmica e a maneira de conduzir os animais de carga. Ainda quanto à paisagem, estão registradas a existência ou não de fontes de água (poços, córregos, riachos ou mesmo rios) próximas às fortificações ou moradias das vilas. Duarte preocupa-se em passar as informações completas sobre a qualidade da água dos poços e córregos, se estas eram abundantes, frescas e limpas. As áreas destinadas para cultivo agrícola pelos camponeses, assim como a vegetação circundante (árvores altas ou baixas, concentradas ou espaçadas, pastagens ou áreas com

concentração de arbustos) não foram esquecidas, sendo registradas nos desenhos. No caso das culturas agrícolas, pode-se, através de uma comparação entre os diferentes registros das vilas e de seus arredores, perceber quais terras eram mais ou menos favoráveis para o cultivo. “O estudo dos castelos tem que ser feito em articulação com análises espaciais que permitam reconstituir as paisagens agrárias que suportavam a existência das fortificações, pois foi nelas que se geraram as rendas devidas aos senhores das terras ou ao rei.” (FONTES, 2002, p. 232).

Algumas reproduções de Duarte de Armas apresentavam, em segundo plano, outros castelos portugueses, com os quais o castelo desenhado estabelecia relação, demonstrando assim a existência de um sistema defensivo integrado na fronteira. Para tanto podem ser citados dois exemplos, entre outros: o desenho da fortificação de Mourão, onde ao fundo, na visão leste, aparece a fortaleza de Monsaraz e o desenho do castelo de Campo Maior, onde ao fundo, na visão norte aparece a fortificação de Elvas. Algumas vezes também foram desenhados povoados, vilas⁶ e fortalezas castelhanas que se encontravam na margem oposta do rio Guadiana, que, no caso de toda a região do Algarve e Alentejo, serve de fronteira natural. Através dessa fonte, fornecida por Duarte de Armas, pode-se perceber claramente que, na época, havia uma oposição entre dois “sistemas defensivos integrados”, muitas das fortalezas portuguesas foram construídas justo em frente aos castelos castelhanos, havendo a preocupação de, na maioria das vezes, rapidamente constituírem-se em povoações nas proximidades, legitimando dessa maneira a ocupação portuguesa do território fronteiriço (ANDRADE, 2001, p. 31). Assim, coloca-se que Duarte de Armas não é fonte de estudo apenas do território português, tendo registrado também algumas das fortalezas do reino de Castela, com suas vilas junto à fronteira portuguesa.

Tão detalhados eram os desenhos da região onde os castelos estavam inseridos, que em 1509, no momento de o artista registrar a perspectiva sul do Castelo de Alcoutim (Algarve, junto ao rio Guadiana), acabou por registrar também, à aproximadamente 2 km de distância, sobre o topo de um monte vizinho um antigo e arruinado castelo muçulmano, atualmente chamado Castelo Velho De Alcoutim. Esse desenho é o mais antigo registro existente de estruturas muçulmanas, construídas possivelmente no século IX. Esse castelo foi definitivamente abandonado no século XI, vindo a ser quase completamente soterrado com o passar do tempo. (CATARINO, 2002, p. 34).

Por fim, como querendo fazer parte integrante de sua obra, em alguns desenhos, Duarte registra a si mesmo (sobre uma mula) e seu criado (a pé), passando diante das fortificações ou atravessando as vilas. Pode-se afirmar com isso que o *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas, é mais do que um tratado das fortificações portuguesas fronteiriças, é um registro etnográfico muito detalhado, que fornece informações valiosas sobre a maneira de viver no início do século XVI. Em muitos aspectos, a Arqueologia medieval e a Etnografia são complementares.

Como outros tratados produzidos entre os séculos XVI e XVIII, também de grande importância para o estudo do desenvolvimento e da modificação da arquitetura militar na Europa, pode-se citar alguns dos que estão enunciados na obra de Nunes (1991): João Teixeira Albernaz⁷ (cartógrafo da primeira metade do século XVII), autor de *Livro das fortalezas do Estado das Índias* (p. 26); Isidoro de Almeida,⁸ autor de *De condendis arcibus*, um tratado de arquitetura militar portuguesa, do século XVI, publicado em 1552 (p. 29); Afonso Álvares⁹ (enviado para inspecionar as fortificações da Costa Algarvia/extremo sul de Portugal), autor de *Instruções das fortificações do Reino do Algarve*, publicado em 1571 (p. 30); António Bocarro,¹⁰ autor de *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com a descrição da altura onde estão e tudo o que há nelas*, publicado em 1635 (p. 54); Serrão Pimentel, autor de *Methodo lusitano de desenhar fortificações*, publicado em 1680 (p.167-168); Manuel de Azevedo Fortes, autor de *Técnicas de construção de típicas da Arquitetura militar portuguesa*, publicado em *O Engenheiro Português*, em 1728 (p.109); Francisco de Hollanda, autor de *Antigualhas que vi em Itália*,¹¹ um tratado sobre Arquitetura militar de transição, publicado em 1538 (p.117); Nicolau Langres,¹² autor de *Livro de plantas e fortalezas de Nicolau Lagres*, tratado sobre fortificações do período da Restauração Portuguesa, que esclarece a disposição de muitas cercas medievais hoje destruídas, publicado em 1644 (p.130) e João Tomás Correia,¹³ autor de *Compilação de desenhos de fortificações do Alentejo*, publicado em 1707. Todos esses tratados estão citados no *Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar* (p. 79).

3 Fontes históricas e arqueológicas: confronto e complemento de dados

Com o exposto desejo reconhecer o valor da obra de Duarte de Armas e sua importância para a investigação da Castelologia na Península Ibérica, mas, por outro lado, não pretendo conceder um valor excessivo a essa fonte

iconográfica, para a investigação arqueológica. As iconografias são importantes sim e podem conduzir a muitas informações e elucidar dúvidas que até o momento não foram de todo esclarecidas através das escavações. Mas, essas informações também podem ser adquiridas através das fontes primárias escritas, como documentos legais, forais¹⁴ e permissões régias; através deles podem ser descobertas informações fundamentais para o estudo da Castelologia, tais como datas e locais de construção (ou reforma) de alguns castelos. Essas informações permitem a elaboração das chamadas *linhas temporais e mapas de localização*¹⁵ das fortalezas, que refletem as estratégias e necessidades de defesa de um território em um determinado momento. Como exemplo, pode-se utilizar dados referentes às fortificações dos séculos XII e XIII, observando-se que a distribuição espacial dos castelos forma um limes que atravessa o território português em um sentido leste a oeste, e que, progressivamente, desce em direção ao Sul, invadindo o território muçulmano. Essa primeira linha diz respeito ao período da Reconquista e pode demonstrar como a defesa do território português foi se organizando ao longo desses dois séculos. Já uma segunda linha, utilizando dados de castelos que foram construídos ou refortificados no século XIV (pós-Reconquista), pode sugerir uma nova intenção de defesa, com outra distribuição espacial, formando um novo limes no sentido norte a sul, junto à fronteira do reino de Castela. Certamente muitos dos castelos construídos, durante o período da Reconquista, terão perdido parte de sua importância estratégico-militar e foram abandonados, outros foram reformados para atenderem às novas necessidades defensivas.

Como mapas fundamentais para o estudo da Castelologia Medieval em Portugal pode-se citar dois importantes exemplos. O primeiro, de Azevedo (1937, p. 67), referente à localização das “Povoações Fortificadas nos Séculos XII e XIII”. E o segundo, concebido por Moreno (1984, p.114), com o título de “Castelos Portugueses – 1350 a 1450”, abrangendo cem anos de construções de fortificações e suas localizações no território.

Embora as fontes iconográficas e escritas sejam de grande importância, deve-se levar em consideração que, no estudo das fortificações medievais da Península Ibérica, bem como em qualquer outra especialidade da Arqueologia, deve-se dar primazia sempre às informações adquiridas no campo arqueológico. O trabalho de um arqueólogo também é buscar informações bibliográficas e iconográficas, mas o que define e diferencia seu trabalho é ter como sua principal fonte de informação a análise da cultura material. Tal como foi citado no final da primeira parte deste artigo, existiram informações bibliográficas dadas como certas e imutáveis referentes ao período medieval em Portugal, que foram contraditas ou alteradas depois

da realização de escavações arqueológicas. A ajuda de um documento escrito é, sem dúvida, preciosa para o arqueólogo medievalista, mas algumas vezes geram-se problemas, já que o testemunho escrito e o dado arqueológico são diferentes por natureza, podendo assim oferecer informações contraditórias.

Uma prova clara dessas diferenças e contradições entre fontes arqueológicas e históricas encontra-se no ocorrido (e já acima citado) na época dos programas de restauro de monumentos medievais em Portugal, ou seja, por falta de qualificação dos responsáveis para interpretar devidamente as estruturas e porque estes não levaram em consideração questões arqueológicas, foram tomadas decisões equivocadas que modificaram ou mesmo destruíram parte das construções medievais originais de castelos, igrejas e mosteiros. Esses equívocos aconteceram porque, na primeira metade do século XX, ainda se dava uma pequena importância para a contribuição da Arqueologia e seus dados próprios, sendo utilizada apenas como uma “auxiliar” da História.

No obstante, testimonio escrito y dato arqueológico tienen que combinarse con soltura en la elaboración de la historia. Las diferencias de naturaleza que distinguen a uno de otro tienen un alcance del que ni historiadores ni arqueólogos son siempre lo bastante conscientes. (BOÛARD, 1977, p. 12).

Ainda conforme Bouïard (1977, p. 13), a mesma dificuldade de informações contraditórias ocorre com fontes iconográficas, desenhos, planos e mapas. “A quién no le ha ocurrido que, al excavar los vestigios hundidos de un edificio medieval, no haya advertido que su plano es completamente diferente del que representa tal dibujo de los siglos XVII o XVIII, efectuado cuando el monumento estaba en pie.” Dessa forma admito minha preocupação em ressaltar a importância inegável do *Livro das fortalezas* para o estudo das fortificações medievais em Portugal, mas, ao mesmo tempo, tenho a consciência de que essa fonte deve ser devidamente analisada e principalmente confrontada com dados provindos do trabalho de campo.

Uma diferença fundamental entre a informação escrita e a procedente das escavações é que as informações escritas, referentes ao período medieval, quase sempre são descontínuas e que os documentos escritos que o historiador dispõe não chegam a formar uma série cronológica de grande amplitude. Pelo contrário, não é raro que o solo de habitats, praças, palácios e aldeias medievais proporcionem seqüências estratigráficas, com as quais se pode seguir ininterruptamente a ocupação de um território por vários séculos.

Para acentuar a particularidade da principal fonte de investigação de um arqueólogo, podemos fazer referência a David Clarke, que, em sua obra *Analytical archaeology*, define que a maneira de adquirir e analisar dados do historiador difere em teoria e método da utilizada pelo arqueólogo. História e Arqueologia podem e devem se complementar e auxiliar mutuamente, mas “archaeological data is not historical data and consequently archaeology is not history” (CLARKE, 1968, p. 12). A separação entre História e Arqueologia ocorre no momento em que a utilização de textos históricos pode ser bastante interessante para o trabalho do arqueólogo. Este deve ter sempre consciência de até que ponto os dados históricos adquiridos conduzem à investigação. O problema está em tentar valer-se do dado histórico, utilizando-o como um meio e não uma finalidade, uma fonte de informação, mas não um veículo para definir resultados arqueológicos.

The view taken in this work is that archaeology is archaeology, is archaeology. Archaeology is a discipline in its own right, concerned with archaeological data which it clusters in archaeological entities displaying certain archaeological processes and studied in terms of archaeological aims, concepts and procedures. We fully appreciate that these entities and processes were once historical and social entities but the nature of the archaeological percept with these lost events. (CLARKE, 1968, p. 13).

O estudo da cultura material do período medieval classifica-se dentro da Arqueologia histórica, ou seja, um período em que o arqueólogo pode e deve buscar os mais diferentes documentos escritos e iconográficos produzidos para a formulação e o embasamento de sua pesquisa. Mas, assim mesmo, o fator norteador de seu trabalho deverá estar nos dados arqueológicos, no processo arqueológico de investigação (pesquisa, prospecção de campo, escavações, laboratório/análise e publicação) e nos termos e conceitos próprios da Arqueologia.

Para Clarke (1968, p. 14), o processo da Arqueologia envolvia três diferentes campos de atividade que estavam interligados. O primeiro se concentrava na coleta de informações, principalmente as vindas de escavações, que deviam ser sistematicamente registradas. A segunda se baseava no trabalho de laboratório ou gabinete, com suporte na taxionomia, estatística e classificação dos dados. Por fim, integrar e sintetizar as informações adquiridas em campo e laboratório, gerando modelos, hipóteses e teorias para o estudo de determinada sociedade investigada.

Para tanto, o estudo e a utilização do *Livro das fortalezas*, de Duarte de Armas, vem perfeitamente suprir uma necessidade básica da primeira parte do processo investigativo em Arqueologia histórica, isto é, o levantamento,

estudo e a interpretação de fontes escritas e iconográficas. Para Bouïard (1977, p. 12), o recurso habitual às fontes escritas é o que confere à Arqueologia medieval sua principal característica e maior originalidade. É preciso ter em vista que seu objeto de estudo se encontra em um contexto histórico, sobre o qual, em geral, o estudo das fontes escritas proporciona uma luz de esclarecimento. Essa característica também é encontrada na investigação da Arqueologia clássica (egípcios, gregos, romanos...), mas acontece muito mais com respeito à Idade Média. Essa possibilidade de consulta e investigação demonstra ser extremamente vantajosa frente aos colegas da Arqueologia pré-histórica, que devem basear-se apenas na interpretação dos dados retirados das escavações, sem terem a possibilidade de consultar e confrontar seus dados com documentos escritos.

Com a citação de Clarke (1968), não pretendo demonstrar aqui que o modelo teórico desse arqueólogo é diretamente aplicável à Arqueologia medieval, uma vez que Clarke desenvolveu seu estudo de Arqueologia analítica tendo como função a investigação de sociedades pré-históricas; sendo assim, são necessárias as devidas adaptações. É importante que fique claro que a principal função da utilização de Clarke, neste artigo, está no fato de nele estar perfeitamente explícita a tentativa da separação entre a investigação histórica e arqueológica, mas principalmente nele podemos observar a determinação em definir a Arqueologia como uma disciplina completa, com seu próprio aparato conceitual, utilizado para analisar seus dados particulares. (CLARKE, 1968, p.13).

Essas informações se faziam necessárias para, de maneira adequada, evidenciar a importância da obra de Duarte de Armas, e, ao mesmo tempo, demonstrar que o fator decisivo no estudo da Arqueologia medieval é a própria Arqueologia, tendo como auxiliares fontes escritas e iconográficas. A aceitação de influências e a utilização de diferentes disciplinas (história, literatura, geografia, antropologia, etnografia...) fazem parte da própria formação e do funcionamento da Arqueologia, o que abre a possibilidade de desenvolver debates teóricos que enriquecem, não apenas o discurso arqueológico, como também as demais disciplinas. Dessa maneira, não acredito ser possível utilizar uma definição de disciplina auxiliar ou uma disciplina subordinada à outra no campo da investigação; a História, a Arqueologia e as outras disciplinas das Ciências Humanas são, segundo o caso, subsidiárias umas das outras. Dessa forma e para encerrar, coloca-se que muito dos conhecimentos referentes às fortificações medievais da Península Ibérica estariam perdidos, caso o documento iconográfico *Livro das fortalezas* não houvesse sido conservado até os dias de hoje.

Notas

¹ Com a Portaria 268/81, de 13 de março de 1981, foi criada a variante em Arqueologia da Licenciatura em História, que vigorou já no ano letivo de 1980/81; no mesmo ano, passou a ser administrada, na Universidade do Porto, uma disciplina (incluída no currículo) de Arqueologia medieval. Atualmente o mesmo ocorre na Universidade de Coimbra.

² Essa estrutura defensiva pode ser definida como uma muralha de pouca altura que se construía à frente da primeira linha de muralhas, para conter o fogo rasantemente de canhões. Ou mesmo, uma primeira fortificação que protege apenas a entrada principal do castelo, com torres e portão independente.

³ Também chamadas de “portas da traição”, “poternas” ou “portas de sortidas”, tinham dimensões pequenas, suficientes para passar apenas um homem de cada vez. Quase sempre se encontravam nos fundos do castelo, acima do nível do solo e eram feitas de ferro e madeira espessa.

⁴ “Criação de um Modelo de Sistema Defensivo Integrado na Região Sul de Portugal (do Alentejo ao Algarve, Séculos XIII e XIV)” – Instituto de Arqueologia / Universidade de Coimbra.

⁵ A assim chamada “cerca vilã”.

⁶ Como é o caso da Vila de San Lucar del Guadiana, na atual região de Huelva, Espanha, desenhada por Duarte de Armas. Essa vila, desde o século XVI, encontra-se justo em frente à vila portuguesa de Alcoutim, do outro lado da margem do rio Guadiana. Outros exemplos encontramos nos desenhos de Olivença e Campo Maior, onde no

primeiro, a partir de sua visão sul, e no segundo a partir da visão norte se pode ver a grande fortificação castelhana de Badojoz. O mesmo caso se repete na reprodução das estruturas de Ouguela, onde ao fundo, desde a visão sul, pode-se ver o desenho da fortaleza castelhana de Alburquerque.

⁷ Atualmente essa obra encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid. Albernaz, com sua extensa obra cartográfica, também foi autor de: *Razão do Estado do Brasil*, Livro que dá Razão do Estado do Brasil, Atlas do Brasil e Planta das Cidades e Fortalezas da Conquista da Índia Oriental. (NUNES, 1988, p. 98).

⁸ Atualmente essa obra se encontra na Universidade de Harvard, EUA.

⁹ Atualmente essa obra se encontra no Museu da Cidade de Lisboa.

¹⁰ Bocarro elaborou o citado livro por ordem de Felipe III. Foi Guarda-Mor do Arquivo Real de Goa e Cronista da Índia. Atualmente a obra se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid. (NUNES, 1988, p. 97).

¹¹ Atualmente essa obra encontra-se na Biblioteca do Escorial/Espanha.

¹² Langres foi Engenheiro-Mor do Reino de Portugal a partir de 1659. O tratado referido parece ter sido desenhado para ser entregue à Espanha, para onde passou em 1662. (NUNES, 1988, p. 96).

¹³ Correia também é criador de *Livro de várias plantas deste reino e de Castela*, uma compilação de desenhos de fortificações de várias origens, referentes, em grande parte, ao final do século XVII e início do século XVIII. (NUNES, 1988, p. 97).

¹⁴ Nos estudos dos forais, pode-se perceber as preocupações defensivas, seja pelo povoamento de áreas mais isoladas, áreas fronteiriças (legitimação da posse do território por ocupação) ou pela atribuição expressa, na carta de foral, de obrigações militares (vigilância de território, construção de castelos, torres de observação (atalaias), vilas amuralhadas ou mesmo a obrigação de municiar e preservar castelos já existentes). Como uma rápida definição de foral, podemos colocar que era uma carta de lei que regulava a administração de uma

localidade ou lhe concedia privilégios, um título de aforamento (notificação ou intimação) sobre que fim deveria ter determinada terra.

¹⁵ O estudo de um “mapa de localização” de castelos, no território português, permite extrair conclusões quanto às áreas de sua predominância (pontos fulcrais para defesa, que podem indicar vias naturais de acesso ao interior do território) e também quanto às áreas de pouca concentração ou mesmo de inexistência de fortificações.

Referências

ALMEIDA, C. *Castelologia medieval de Entre Douro e Minho*. 1978b. Prova Complementar. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1978b.

ALARCÃO, J. *Sobre o discurso arqueológico*. In: PORTUGALIA Nova Série – Volume XVII-XVIII. Edição do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/1997.

ANDRADE, A. *A construção medieval do território*. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 2001.

ARMAS, D. *Livro das fortalezas*. Fac-símile do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 2. ed. Lisboa: Inapa, 1997.

AZEVEDO, R. *Período de formação do território*. In: História da Expansão

Portuguesa no Mundo I. Lisboa: Ática, 1937.

BARROCA, M. A ocupação medieval em Castelo de Matos: primeira abordagem. *Arqueologia*, 17, GEAP, Porto, p. 159-171, 1988.

_____. Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XIII). *Portugália*, Nova Série, XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 89-134, 1990/91.

_____. *Contributo para uma bibliografia dos estudos de castelologia medieval portuguesa (1978-1999)*. In: CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR, 3., Porto, 2000. *Anais...* Porto, ADECAP, 2000. p. 78-88.

BARROCA; MONTEIRO; FERNANDES. *Pêra guerreiar*: armamento

- medieval no espaço português. Palmela, Portugal: Câmara Municipal de Palmela, 2000.
- BAZZANA, A. Paisajes rurales y paisajes urbanos: metodos de analisis en Historia Medieval. *Arqueologia extensiva: métodos y algunos resultados*. Zaragoza, España, 1994.
- BELLINO, A. *Archeologia christã*. Lisboa: Livraria Tipographia Moderna, 1990.
- BOÛARD, M. *Manual de arqueología medieval: de la prospección a la historia*.
- BARCELONA, España: Editora Teide /Editorial Base, 1977.
- BRANDÃO, D. *Escavações arqueológicas em Xantem – Alemanha, Diário e ideário de um participante. Técnica de escavação arqueológica. Importância da arqueologia medieval*. Porto: Lucerna, 1 (3-4), 1961.
- CATARINO, H. Arqueologia medieval: o estado da arte e novas perspectivas. In: *As oficinas da história*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.146-147, 2002.
- _____. *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*. Al –Uliã, 6, Câmara Municipal de Loulé, 1997 / 98. v. 3.
- _____. Arqueologia do período islâmico em Portugal: Breve Perspectiva. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, p.457-484, Lisboa, 1995-1997.
- CLARKE, D. *Analytical archaeology*. London: Great Britain, Methuen & CO LTD, 1968.
- FERNANDES, L. A alcáçova da cidade da Guarda: proposta de reconstituição. *Arqueologia Medieval*, 6, Edições Afrontamento, Porto, p. 59-71, 1999.
- FONTES, L. Arqueologia medieval portuguesa. *Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia 2000: Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*, v. 54, p. 221- 238, 2002.
- GOMES, R. Cerâmicas muçulmanas no castelo de Silves. In: *Xelb*, 1, Câmara Municipal de Silves, Silves, Portugal, 1988.
- JOHNSON, M. *Teoria arqueológica: una introducción*. Barcelona, España: Ariel Historia, 2000.
- MATOSO, J. *Historia de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores, 1992, v. 1.
- MONTEIRO, J. *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença perfil, conservação, vigilância e comando*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal: Edições Colibri, 1999.
- MORENO, H. *Os castelos portugueses (1350-1450)*; In: SEGUNDO CONGRESSO SOBRE

MONUMENTOS MILITARES PORTUGUESES, 2., Lisboa, 14 a 19 de Junho de 1983. Património XXI – Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, Lisboa, 1984. *Anais...* Lisboa, 1983.

NUNES, P. *O castelo estratégico português e a estratégia do castelo em Portugal*. Direcção do Serviço Histórico Militar. Estado Maior do Exército, Lisboa, Portugal, 1998.

_____. *Dicionário temático de arquitectura militar e arte de fortificar*. Direcção do Serviço Histórico Militar. Estado Maior do Exército. Lisboa, Portugal, 1991.

REAL, M. Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente Peninsular. In: REUNIÃO DE ARQUEOLOGIA CRISTÃ HISPÂNICA, IV., Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 1995. *Anais...* Barcelona, 1995.